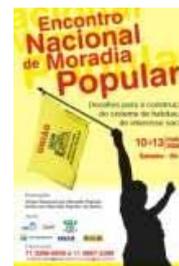




10o. ENCONTRO NACIONAL POR MORADIA POPULAR 10 a 13 de maio de 2006



Documento Final Aprovado

Breve Diagnóstico do Problema Habitacional

Tendo em vista a centralidade da questão habitacional no processo de exclusão urbana, apresentamos um breve diagnóstico da política de habitação, com a finalidade de mostrar a importância de se articular e integrar todas as políticas urbanas em torno de um novo projeto de cidade. Nesse sentido, o direito à cidade deve ser o eixo articulador fundamental a ser promovido, o que implica no direito à moradia digna, ao saneamento ambiental, ao transporte e à mobilidade, à saúde, à educação, à cultura e ao meio ambiente sustentável.

O atual déficit habitacional urbano brasileiro é de 6,6 milhões de moradias e reflete a necessidade da imediata construção de novas unidades para repor o estoque degradado e precário de habitações e co-habitações e a necessidade de melhoria das condições das moradias quanto à infra-estrutura e à titulação. O Brasil tem ainda o grave problema da concentração e da valorização de terras urbanas e rurais nas mãos de poucos, o que causa inúmeros conflitos fundiários que resultaram na morte de muitos posseiros. O elevado número de propriedades improdutivas e ociosas sem função social exige a implementação das reformas agrária e urbana. A propriedade imobiliária deve ter uma regulação pública e democrática visando o cumprimento de uma função social habitacional, ambiental ou econômica, nos termos da política urbana e agrária.

O déficit distribui-se diferentemente nas regiões brasileiras, concentrando-se em termos percentuais, sobretudo no Norte (20,2%) e no Nordeste (23 %) do país. O incremento do estoque de moradias é a necessidade mais premente, principalmente no que se refere à coabitação familiar (56,1%), seguido do ônus excessivo de aluguel (18,2%), para famílias urbanas com rendimentos iguais ou inferiores a três salários mínimos. Os restantes 25,6% do déficit referem-se às necessidades geradas pela precariedade da habitação. Também é nas regiões Norte e Nordeste que residem 73,3% das famílias da faixa de renda mensal inferior a três salários mínimos, onde se concentram 83,2% do déficit habitacional.

Quanto à qualidade dos serviços de infra-estrutura oferecidos à sociedade, estima-se que 28% do total dos domicílios estão inadequados, ou seja, sem ao menos um dos serviços essenciais básicos. Deste montante, 39,1% localiza-se no Nordeste, justamente onde a população é mais pobre, seguido pelo Sudeste com 21%. O serviço mais deficitário nos domicílios brasileiros é o esgotamento sanitário (79,3%), seguido da falta da rede geral de abastecimento de água (15,3%). A concentração de domicílios inadequados se dá na faixa de até três salários mínimos, representando 58,9% dos carentes no país.

O atendimento de grupos marginalizados como as mulheres, os afro-brasileiros e os índios quanto ao acesso à moradia é condição fundamental para reverter o quadro de pobreza. Grupo marginalizado refere-se à menor capacidade de intervenção política e menor poder de decisão, o que exige o seu "empoderamento" como condição de garantia de seus direitos econômicos, sociais e culturais. Em termos de direitos humanos, que são universais e não discriminatórios, os grupos marginalizados partem em desvantagem, o que justifica a adoção de medidas e políticas de discriminação positiva, visando à igualdade de oportunidades.

Sabemos que no dia a dia da mulher brasileira, evidenciam-se as desigualdades, as discriminações e as violências às quais as mulheres são submetidas. Nas cidades, onde se concentra mais de 80% da população brasileira, sabemos que as desigualdades expressas no território atingem de forma diferenciada os grupos sociais, variando não somente quanto aos recortes de classe e gênero, mas também quanto à raça/etnia, idade, orientação sexual, religião, entre outros.

Este 10º. Encontro Nacional de Moradia Popular ocorre quase um ano depois de sancionada a lei 11.124 que cria o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social. O projeto de lei de iniciativa popular de 1991, subscrito por 1 milhão de eleitores criando o Fundo Nacional de Moradia Popular e o Conselho Nacional de Moradia Popular, recebeu em 2002 uma emenda substitutiva global decorrente de acordo entre o governo federal, a Comissão de Desenvolvimento Urbano e Interior da Câmara dos Deputados e o Fórum Nacional de Reforma Urbana. A emenda substitutiva aprovada instituiu o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), visando à atuação integrada da União, estados e municípios na definição e implantação de políticas habitacionais para a população de baixa renda. A Lei contém a concepção de um sistema descentralizado e democrático, em que estados e municípios também deverão constituir seus próprios Fundos de Moradia a serem geridos por Conselhos com a participação popular.

Movimentos Sociais e posicionamento político

No Brasil, como nos outros países da América Latina, os movimentos sociais têm protagonizado a resistência às políticas neoliberais, mesmo se promovidas por governos oriundos deles. No contexto deste protagonismo, tiveram que enfrentar também desafios políticos, isto é, possibilidades de colocar em prática alternativas ou fazer parte de frentes políticas antineoliberais¹.

A luta dos movimentos sociais em defesa dos direitos da massa da população ou de setores minoritários bate de frente contra as políticas neoliberais. Nessa mobilização, os movimentos sociais personificam alternativas, que desembocam direta ou indiretamente na luta política.

A última eleição presidencial em nosso país inflou o balão das expectativas populares. Desencadeou anseios de mudança muito acima da capacidade real de mobilização. Inversamente, a correlação de forças das organizações sociais estava muito aquém dos anseios gerados pela subida de Lula ao Planalto.

Resultado: hoje as expectativas retornam ao interior dos movimentos sociais e adquirem seu tamanho real. Desfazem-se ilusões, põem-se os pés no chão. Redescobre-se a consciência de que as mudanças não virão de cima. As expectativas de mudança voltam à lenta e dura tarefa das ruas.

Neste ano eleitoral, os movimentos sociais são desafiados a participar do processo constituindo força, articulando alianças, promovendo debates e formulação de alternativas, sob pena de ficarem numa posição apenas defensiva. Este momento crítico pode ser solo fecundo para novas experimentações, novas combinações, novos caminhos e novos horizontes, desde que não se perca de vista os problemas reais da população, bem como as forças reais de transformação.

Avaliação do governo Lula

A boa avaliação do governo Lula nas pesquisas está concentrada nas classes populares. E Isto é acaso, resultado fortuito, ou expressa exatamente a política dirigida aos “de baixo”?

A economista Maria da Conceição Tavares afirma que há muita diferença entre o governo FHC e Lula. O pagamento de 15 bilhões ao FMI teria livrado o país do garrote internacional por 10 anos. Lula estancou as privatizações; as relações capital/trabalho são de outra natureza; a relação Estado/cidadania também é outra, e melhor, veja a influência mesmo relativa de parte da sociedade organizada em processos

¹ (Parte das sugestões tiradas do texto aprovado no Encontro do Fórum Nacional de Reforma Urbana e da análise de Conjuntura 2006 da CNBB.).

de planejamento como ocorreu com o Plano Plurianual. A relação dívida externa/PIB é a melhor dos últimos 50 anos, o que fez o país sair da crise cambial.

De um lado a permanência dos juros altos, faz com que muita gente ganhe com a especulação financeira, mas, por outro lado, por não haver investimento público, os grupos tradicionais de poder e a classe média, não levam nada. Mesmo assim, houve melhoria na situação dos “de baixo”. Segundo a última pesquisa PNAD, houve reversão do salário dos “de baixo”, daqueles que ganham um salário mínimo ou que têm o salário mínimo como referência. Houve reversão do desemprego e da renda dos mesmos. Relacionando a análise da economista Tavares com os índices de aprovação do governo Lula, chama a atenção o fato de que, sim, são os estratos populares que recebem os benefícios é que apóiam o governo Lula.

Por outro lado, temos de lembrar que, no município de São Paulo, Marta Suplicy saiu da prefeitura com altos índices de aprovação pelas camadas populares, mas não se reelegeu. De modo que olhemos a avaliação do governo Lula com parcimônia, sem conclusões apressadas, e acompanhem os desdobramentos políticos dos próximos cinco meses.

Mas, e a crise “ética” do PT, não terá impacto eleitoral? Nas classes C, D e E, encontramos depoimentos assim: “tem um pessoal brigando lá em cima, mas a gente sabe que eles brigam mesmo”. Quanto aos militantes e simpatizantes do partido, o desencanto é grande: “todo mundo podia fazer isto, menos o Lula”. Há muito desânimo, pois para eles, a esperança de um projeto de médio e longo prazo de um país mais justo diluiu-se pela inépcia do grupo que chegou ao poder.

Este é um momento precoce para saber se a crise moral repercutirá em preferência por candidatos “franjas”, como Cristóvão Buarque, Heloisa Helena, ou pela opção “votos nulos e brancos”, principalmente no primeiro turno da eleição presidencial. O que se sabe é que a polarização PT x PSDB acontecerá. Os apoios regionais ainda não estão definidos, e tudo dependerá das prévias eleitorais seguintes. Lembremos que os partidos podem até ser nacionais, mas suas raízes são regionais e os palanques municipais de grande importância. (Pedro de Oliveira)

Nesta conjuntura, a UNMP sabe que seu papel pode ser decisivo para garantir mudanças profundas, que estejam em sintonia com o interesse das maiorias. Discutir as estratégias para construção de um novo modelo de gestão da cidade, promotor de justiça social e democracia, bem como promotor da dignidade humana e da solidariedade (independentemente da origem social, regional ou geográfica, credo, geração, opção sexual, gênero e restrições de habilidades), e as estratégias para enfrentar os modelos excludentes e segregacionistas de cidades, tais como o neoliberal. Queremos com isso discutir os principais dilemas e conflitos das cidades hoje, assim como abrir o debate estratégico em torno de uma nova utopia de cidade na perspectiva do ideário de cidades justas e democráticas.

A Luta pela Construção de um Novo Modelo de Cidades

O processo de urbanização no Brasil, acelerado e caótico, atendeu aos interesses do desenvolvimento e da produção capitalistas, em um modelo de acumulação desigual, que excluiu sistematicamente a maioria da população do acesso a bens, serviços e direitos. Assim, as cidades brasileiras se constituem em importantes mecanismos de reprodução e acumulação do capital. A forma como estão (des)organizadas e (des)ordenadas se converte em meio de acumulação de capital.

Transformando-se, simultaneamente, em um mecanismo de “espoliação urbana”, onde violência e precariedade estão intrinsecamente ligadas. Dentro da lógica de mercado, exacerbada pela globalização, vemos emergir formas de marginalização, expressas na segregação residencial e social.

A carência habitacional está no centro do nosso problema urbano já que, em razão da exclusão de grande parte da população do mercado imobiliário formal, cresce o *déficit* habitacional e as formas de inserção marginal na cidade. Prevalecem as lógicas perversas, produtoras da maior parte dos chamados problemas urbanos: quem está fora do mercado só tem acesso à moradia à margem da cidade! A nossa urbanização, em conseqüência, é caracterizada pelo permanente e crescente descompasso entre o lento crescimento das cidades e a veloz expansão das suas margens.

A ação do poder público na habitação

A ação governamental junto à moradia popular historicamente foi marcada por dois traços principais: primeiro, a insuficiência de capacidade e de recursos para uma política de universalização do direito à moradia; segundo, pela incapacidade de atender prioritariamente quem mais precisa e que representa, como vimos, a maior parte do déficit.

As linhas de financiamento que concentram maiores recursos - do FGTS ou da caderneta de poupança - esbarram na burocracia e são feitas para aqueles que, de alguma maneira, já estão incluídos. Um bom exemplo é a análise de risco de crédito a que os “candidatos” são submetidos para a obtenção de financiamento para a habitação. Retrógrados, utilizam-se de cadastros do mercado, como SPC e SERASA, para a consecução de um direito do cidadão. O mesmo se aplica com a exigência de escritura individual dos terrenos a serem utilizados para a produção habitacional, aquisição de imóvel ou acesso a qualquer programa público. A ocupação, a irregularidade fundiária de longe não são exceções, mas a regra. Assim, ao fazer tal exigência, a política oficial declara que todo o território popular de luta e de conquista não serve para ela por não oferecer garantias ao financiamento tomado, contaminando com uma lógica bancária o que é um direito.

Outro limite diz respeito à falta de coordenação e articulação entre os três níveis de governo na ação na área. Cada prefeitura ou governo estadual tem (ou não) estrutura, recursos, programas que pouco dialogam entre si. Recursos orçamentários, nos três níveis, que possam subsidiar a população de mais baixa renda são escassos.

Desafios para a Implementação do Fundo Nacional de Moradia Popular

Desde 1990 que UNMP luta em parceria com outras Entidades Nacionais e Fórum Nacional de Reforma Urbana pela implementação do Fundo e Conselho Nacional de Moradia Popular. Depois de 15 anos finalmente temos aprovados o projeto que se transformou no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, a lei 11.124/05.

Nos dias 15 e 16 de agosto de 2005, o Fórum Nacional de Reforma Urbana realizou uma Marcha Nacional pela reforma urbana. A principal vitória da Marcha foi garantir 1 bilhão de reais de recursos no Fundo. Apesar da vitória e de termos garantidos os recursos o Movimento Popular foi excluído processo de seleção dos recursos, já que infelizmente o governo Federal ainda na regulamentou o conselho gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Podemos afirmar que o desafio para a regulamentação do Sistema será enorme e será necessária ampla mobilização da UNMP para que os Estados e os Municípios e próprio governo federal implemente na prática o Sistema.

É preciso que o governo federal regule imediatamente a lei 11124, com os parâmetros definidos pelo Conselho das Cidades; e que os governos estaduais e municipais criem seus sistemas, conselhos e fundos, integrando-os ao Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social com participação popular.

O Sistema, em cada uma de suas instâncias, deve garantir um fluxo de recursos estáveis do orçamento do estado ou município, funcionamento constante das instâncias de participação com caráter deliberativo, construção do Plano de Habitação que definam metas e prazos e cumprimento do mínimo de 25% de membros do movimento popular nos Conselhos. Se os municípios e estados não propuserem projetos de lei

para a Criação e implementação do Sistema com os Conselhos, caberá a UNMP, em suas instâncias locais, em conjunto com as demais forças populares, a elaboração e a proposição de projetos de iniciativa popular.

A ação dos movimentos populares

As entidades nacionais da luta por moradia: União Nacional por Moradia Popular, Confederação Nacional de Associações de Moradores, Movimento Nacional de Luta por Moradia e Central de Movimentos Populares, junto ao Fórum Nacional da Reforma Urbana têm sido os principais interlocutores destas formulações. Atuando em todos os estados brasileiros, estão construindo a reforma urbana na prática cotidiana. A construção de alternativas e a luta por participação nos diversos níveis é a marca dessa atuação.

A **autogestão** também tem sido uma bandeira de luta histórica onde os movimentos reivindicam a condução e a gestão dos processos habitacionais pelas próprias comunidades. Entende-se esta prática, já desenvolvida em diversos estados brasileiros, como uma maneira de construir moradias com melhor qualidade e adequada às necessidades daquela comunidade e com custos menores que o mercado. Ao mesmo tempo, é uma maneira de fortalecimento e capacitação para que essas famílias compreendam todo processo que envolvem a conquista de seu direito, desde o terreno a ser utilizado, a origem dos recursos, a negociação com os agentes públicos e privados, a forma de produção da moradia. É um processo politizador que além de construir a casa, constrói o cidadão que nela vai morar e que fortalece os laços comunitários para novas lutas.

O fortalecimento de atores políticos é o grande objetivo. Só assim, é possível pensar em novas formas de construção de poder, descentralizado, garantindo maior autonomia e incidência das entidades da sociedade civil no cenário político. Assim é possível colocar o direito à cidade e à moradia em pauta para que a sociedade exija as mudanças necessárias.

Balanco - desafios e Estrutura da UNMP

Desde o IX Encontro na Cidade de Nova Iguaçu – Rio de Janeiro - a União Nacional de Moradia Popular vem fortalecendo sua atuação no país em defesa da Autogestão, da Participação Popular e da Reforma Urbana. Hoje, presente em 15 estados, a UNMP é uma das mais importantes entidades de luta em defesa da moradia popular do país, e vem construindo, nas ruas através das ocupações, nas passeatas e mobilizações, nos mutirões autogestionários ou nos intensos processos de negociação com poder público, uma nova política habitacional para o país.

A CMP tem sido fundamental para a articulação das lutas dos movimentos populares em todo o país, dando apoio logístico e construindo uma articulação em defesa das Políticas Públicas com Participação Popular. Por isso, a UNMP deve continuar contribuindo para a seu fortalecimento e consolidação como entidade de representação das diversas lutas sociais.

A UNMP para avançar em suas organização, necessitará melhorar cada vez mais sua comunicação interna, seus espaços de decisões terão que ter agilidade, e capacidade de coesão e fortalecimento interno da Entidade. Para tal, a Executiva Nacional terá um papel fundamental tanto para propiciar os espaços de debate interno, como também para garantir os planejamento estratégico.

A Coordenação Nacional deverá ser um coletivo capaz de a partir dos Estados fortalecer cada vez as lutas locais e articular as agendas locais com pauta nacional. Será papel da Coordenação Nacional conduzir a UNMP a um novo patamar, já que a os desafios para a implementação do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, e ampliar Programas de Habitação de Interesse Social deverão ser nossas principais tarefas para o próximo biênio.

Sob este aspecto a forma federativa de representação, com Coordenadores/as Nacionais eleitos nos Estados, com uma Executiva eleita no âmbito da Coordenação, parece ser a forma que vem dando certo e melhor garante a democracia interna na Entidade.

Outro aspecto fundamental será garantir o fortalecimento dos setoriais de mulheres, juventude, negritude, cultura e educação, idosos, pessoas com deficiência, etc, sem, contudo fugir do eixo principal da UNMP, que é defesa do direito à moradia digna.

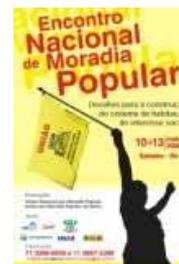
É preciso avançar na organicidade interna, fortalecimento da secretaria executiva e construção de uma política interna de finanças que busque sua autosustentação e possibilite a concretização de nossa agenda política.

Garantir os espaços de formação:

A UNMP tem participado dos programas de formação em parceria com Fórum Nacional de Reforma Urbana, e dos processos formativos de caráter institucional, como as campanhas dos planos diretores, pela implementação do Fundo, etc. No entanto, caberá a esta próxima gestão a organização de um programa nacional de formação e comunicação. Os Setoriais ou Secretarias Temáticas poderão ser espaços importantes de formação dos militantes, cabendo a tanto a Coordenação como Executiva, traçar uma política para os Setoriais.



10o. ENCONTRO NACIONAL POR MORADIA POPULAR 10 a 13 de maio de 2006



Plano Nacional de Lutas da União Nacional por Moradia Popular

Diante deste contexto, no marco da realização do 10º Encontro Nacional de Moradia Popular, com representação dos Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Piauí e Distrito Federal, a UNMP delibera para os próximos dois anos os seguintes eixos e a seguinte agenda de lutas:

Diretrizes Gerais da Política de Habitação e do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social

- ✎ Lutar pela implementação, pelo Governo Brasileiro, de uma política nacional de habitação descentralizada e articulada com os estados e municípios, garantindo a todas as pessoas o direito à moradia popular adequada, entendida como aquela dotada de infra-estrutura básica, com acesso a transporte público e a equipamentos públicos de saúde e educação.
- ✎ Pressionar pela regulamentação e imediato funcionamento do Conselho Gestor do Fundo Nacional, baseado no modelo aprovado pelo ConCidades;
- ✎ Abrir um amplo debate nacional sobre a implementação do SNHIS e lançar uma campanha nacional pela adesão dos Municípios e Estados ao SNHIS, articulando com a Frente Nacional de Prefeitos e outras entidades;
- ✎ Defender que o Conselho Gestor defina um prazo limite para a adesão dos municípios ao SNHIS para acessar seus recursos;
- ✎ Onde não houver leis ou projetos em tramitação, os projetos de criação do Conselho e do Fundo devem ser de iniciativa popular;
- ✎ Lutar para que, na criação dos fundos municipais e estaduais, seja destinado um percentual mínimo (1%) de aplicação obrigatória de recursos dos respectivos orçamentos;
- ✎ Lutar para que os recursos do Fundo sejam destinados prioritariamente às famílias com renda de 0 a 3 salários mínimos;
- ✎ Lutar para que os recursos do FGTS sejam encaminhados para o Fundo de Habitação;
- ✎ Divulgar a lista de municípios ou estados beneficiados com os recursos do Fundo para que o movimento possa fiscalizar.
- ✎ Lutar pelo reconhecimento da produção social do *habitat* e pelo financiamento e incentivo às cooperativas habitacionais e aos mutirões autogestionários para a produção de habitação de interesse social, com garantia da universalização da assistência técnica e material.

- ✎ Lutar pela destinação de recursos dos fundos municipais e estaduais diretamente às Associações e cooperativas;
- ✎ Lutar pela viabilização de acesso ao crédito e financiamentos habitacionais para a população de baixa renda, abrangendo todas as etapas do processo produtivo (aquisição de terras; urbanização; universalização da assistência técnica, construção, reforma e ampliação de unidades habitacionais; recuperação de edifícios e habitações multifamiliares; regularização fundiária), adotando-se uma política de subsídios. Aprovação e implementação do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social. Ampliação do acesso à moradia mediante o aumento da oferta de novas unidades, produção de lotes urbanizados e revitalização de áreas centrais degradadas.
- ✎ Lutar pela ampliação da política de subsídios para garantir o atendimento das famílias em situação de extrema pobreza;
- ✎ Lutar pela titularidade das casas para as mulheres, igualdade no mercado de trabalho, assegurando políticas públicas reais de empoderamento.
- ✎ Lutar pela implementação de programas de atendimento à população moradora de rua, incluindo saúde, educação, alimentação, qualificação profissional e abrigo, no sentido de prover moradia digna, com assistência e com atenção especial às crianças moradoras de rua.
- ✎ Definir nos programas habitacionais a participação dos portadores de deficiência e idosos;
- ✎ Rediscutir o papel da Caixa enquanto agente operadora dos programas habitacionais, criando um departamento de habitação popular na Caixa e criando um Grupo de Trabalho para remover os entraves burocráticos e jurídicos dos programas habitacionais;
- ✎ Lutar pelo fim de todas as formas de análise cadastral para a concessão de financiamento;
- ✎ Fazer uma cartilha popular sobre os diversos programas habitacionais nacionais: PSH, PAR, RES. 460, Etc.
- ✎ Ampliar o debate sobre a possibilidade de combinação de subsídios em um mesmo empreendimento, pois a política atual é muito restritiva;
- ✎ Lutar pela inclusão de conselheiros dos movimentos populares no Conselho Curador do FGTS;

Diretrizes para a política nacional de Desenvolvimento Urbano

- ✎ Lutar pela função social da propriedade como eixo de uma política urbana inclusiva que modifique a nossa realidade pela implementação combinada dos diversos instrumentos de reforma urbana, visando à regulação pública da propriedade privada, à justa distribuição dos custos e benefícios do processo de urbanização, ao reconhecimento da cidade informal, à gestão democrática e ao desenvolvimento sustentável.
- ✎ Lutar pela implementação dos instrumentos do Estatuto da Cidade especialmente as ZEIS e a Regularização Fundiária;
- ✎ Dar continuidade a Campanha do Plano Diretor Participativo, participando e reforçando os Núcleos estaduais e núcleos gestores

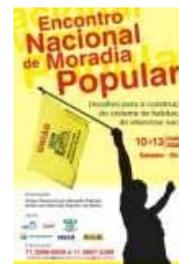
- ✚ Lutar pela aprovação do PL 3057 (Lei de responsabilidade territorial)
- ✚ Fortalecer as lutas contra os despejos e projetos urbanos que expulsem os moradores das áreas centrais, orla marítima e outras regiões valorizadas das cidades
- ✚ Lutar pela garantia da efetiva participação popular na elaboração dos planos diretores municipais, na definição e implementação de uma política habitacional de interesse social e na gestão democrática das cidades.
- ✚ Promover Capacitação específica nos instrumentos do Estatuto da Cidade e PDP nos Estados;
- ✚ Lutar pela articulação de programas habitacionais com programas de inclusão social de saúde, educação, assistência e geração de emprego e renda.
- ✚ Lutar pelo reconhecimento da mulher como chefe de família na implementação da política habitacional mediante a viabilização de programas e a implantação de equipamentos públicos que facilitem a vida cotidiana e contribuam para a sua emancipação social, política e econômica.
- ✚ Lutar pela promoção da regularização fundiária das áreas públicas da União, estados e municípios ocupadas por população de baixa renda, mediante a prestação de assistência jurídica e técnica gratuita e a aplicação dos instrumentos que garantem o direito à moradia, como a concessão especial para fins de moradia, a Concessão de Direito Real de Uso, as ações de regularização jurídica entre outros.
- ✚ Lutar pelo para que os Governos em todos os níveis apoiem as entidades da sociedade civil com recursos em programas de capacitação para a execução da política urbana integrada, em especial nas regiões metropolitanas.
- ✚ Lutar pelos programas de geração de renda e acesso à habitação considerando as especificidades de gênero, raça, etnia e faixa etária no atendimento do público alvo.

Diretrizes para o Avanço da Autogestão no Brasil:

- ✚ Lutar para que as prefeituras, governos estaduais e federais criem programas autogestionários, apoiem as iniciativas e efetivem financiamentos direto para as cooperativas e associações;
- ✚ Realizar cursos para lideranças e mutirantes sobre autogestão, tecnologia de obra, gestão de recursos e de obra;
- ✚ Lutar pela regulamentação da mão de obra especializada nos mutirões, buscando a redução dos encargos sociais;
- ✚ Desenvolver projetos de incentivo à produção de materiais, reduzindo os custos da obra;
- ✚ Fazer mais investimentos nos técnicos comprometidos com o movimento;
- ✚ Fazer uma cartilha relatando as experiências de autogestão nos diversos estados;
- ✚ Lutar para que as prestações do financiamento das moradias retorne para os Fundos Municipal, Estadual ou Federal para construir novas moradias.



10o. ENCONTRO NACIONAL POR MORADIA POPULAR 10 a 13 de maio de 2006



Agenda de Lutas 2006 - 2007

Para avançar nas lutas pela implementação do Fundo Nacional de Moradia Popular, a UNMP delibera:

1 – Mobilizar e Fortalecer o Dia Nacional de Políticas Públicas da Central de Movimentos Populares, dia 31 de maio;

2 - Organizar o dia Nacional de Luta pela Reforma Urbana nos estados, no dia 28 de junho de 2006;

3 - Participar do Grito dos Excluídos e Excluídas - DIA 07 DE SETEMBRO

4 - Participar das Mobilizações do Dia Nacional da Consciência Negra; 20 de novembro.

5 – Organizar, em 2008, uma Caravana Nacional à Brasília em Defesa da Moradia Popular e pelo Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social;

6 – Participar no Dia 8 de Março das Mobilizações em Defesa da Aposentadoria para as Donas de Casa e do Projeto de Lei da aposentadoria da dona de casa

7 - No mês de setembro de 2006, véspera do prazo legal para os municípios, fazer mobilizações pela aprovação no plano diretor .

8 - Fortalecer, no dia 3 de dezembro, a luta nacional de pessoas com deficiência.

9 - Fortalecer as mobilizações do dia 1o. de maio, Dia Internacional dos Trabalhadores

*União Nacional por Moradia Popular
Salvador, 13 de Maio de 2006.*